

O DEOPS conclui 2 inquéritos

Mais dois inqueritos alusivos à subversão foram encaminhados ontem pelo DEOPS à 2.ª Auditoria de Guerra da 2.ª Região Militar, para serem distribuídos. O primeiro trata da fábrica de armas mantida pela Ação Libertadora Nacional e o segundo da apreensão de panfletos considerados subversivos e encontrados no interior de uma igreja na Vila Palmares em Santo André.

No primeiro inquerito estão indicados Francisco Bispo, Carvalho Filho, Dorgival Souza Damaceno, Geraldo Santana, Osvaldo Lourenço, Washington Alves da Silva, Gilson de Moura Modesto, Francisco Nilson Modesto, Otavio Angelo, vulgo "Tião"; Sérgio Francisco Barbuí, Manoel Marques da Silva, Marcio Tosi, Onorino Gomes Ribeiro, Jonas Alves de Almeida Neto, José Alexandre Ernel, Norberto Nehering, Viriato Xavier de Melo ou José Gomes da Silva, vulgo "Ricardo"; José Almir, vulgo "Bigode" ou "Mister X"; e Joerson Santos de Carvalho.

ATIVIDADES

Consta da peça policial que os acusados se vinham dedicando a atividades terroristas em São Paulo ligados à Ação Libertadora Nacional, movimento subversivo,

liderado por Carlos Marighela. Os acusados receberam dinheiro da organização para a montagem de uma fábrica de armas, que foi instalada na casa de Francisco Bispo de Carvalho Filho, situada na rua dr. Pedro Mendes, 291, bairro de Arthur Alvim.

Otavio, vulgo "Tião", entrou em contato com Francisco Bispo de Carvalho Filho, para a montagem da fábrica, através de Dorgival, após ambos terem feito curso de guerrilhas em Cuba e retornado ao Brasil. No mesmo local onde fabricavam metralhadoras e morteiros, funcionava também um curso de montagem de bombas que era dado a terroristas de Marília e Pompéia.

Geraldo Santana, ex-oficial da FAB, cassado pela Revolução, confeccionou no local um determinado tipo de bomba, a qual, por experiência, foi lançada e explodiu numa firma no dia 26 de janeiro de 69. A firma está situada na rua Amador Bueno, 491, em Santo Amaro. Geraldo Santana usava identidade falsa com o nome de Gabriel de Souza Santos.

Osvaldo Lourenço era encarregado de aliciar dirigentes de sindicatos para penetrar no meio operário. Francisco Nilson tinha

incumbência de colher dados para operações, realizando o levantamento total do banco em que trabalhava e que iria ser vítima de assalto.

GRUPO DE MARILIA

O grupo de Marília era constituído por Sergio Barbuí, Manoel Marques da Silva, Marcio Tosi, Onorino Gomes Ribeiro, Jonas Alves de Almeida Neto, José Alexandre e Norberto Nehering.

Viriato Xavier de Melo, membro da cúpula da Aliança Libertadora Nacional, foi o coordenador da montagem da fábrica de bombas. José Alprim Filho era encarregado de aliciamento geral e foi quem deu a ordem para explodir a bomba na firma de Santo Amaro a título de experiência.

PANFLETOS

O segundo inquerito enviado pelo DEOPS à Justiça Militar aponta o padre Emílio Rubens Chasseraux, preso no dia 28 de janeiro deste ano em decorrência de diligências que a polícia realizou na igreja Nossa Senhora das Dores em Vila Palmares, Santo André, como responsável pela divulgação de diversos panfletos e documentos tidos como subversivos.

O padre foi indiciado no Art.

45, n.º 1 da lei de Segurança Nacional, apesar de ter afirmado à Polícia que os panfletos tinham sido encontrados nos bancos da igreja e outros haviam sido enviados a ele juntamente com sua correspondência particular. Alega ainda o padre que, apesar de ter visto muitas vezes os panfletos em questão, nunca leu o conteúdo dos mesmos. A Polícia, entretanto, ao examinar a máquina de escrever do padre comprovou que alguns dos panfletos haviam sido ali datilografados.

Escritor é julgado

Caio Prado Junior e Antonio Padua Prado Junior, ambos editores da Editora Brasiliense, serão julgados hoje na 2.ª Auditoria de Guerra da 2.ª Região Militar, acusados de atos subversivos. Os atos foram considerados pelo DEOPS atentatórios à Lei de Segurança Nacional. Os atos se referem à publicação de livros proibidos.

Contra Caio Prado Junior pesa a acusação oriunda de entrevista concedida à revista "Revisão", do Gremio da Faculdade de Filosofia da USP, onde o escritor teria feito declarações consideradas pela Polícia de conteúdo subversivo.